



Anais da Assembleia

N.48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1986

ANO XII

RESOLUÇÃO N.11/86

DATA: 20 de maio de 1986.

SÚMULA: Altera o § 9.º do Artigo 14 do Regimento Interno. (§ 9.º - O Deputado licenciado para tratamento de saúde não sofrerá prejuízo em sua remuneração).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O § 9.º, do Art.14 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 9.º - O Deputado licenciado para tratamento de saúde não sofrerá prejuízo em sua remuneração.

Art.2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20/05/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 38.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1985

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Antônio Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albu-

querque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR.2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofício:

OFÍCIO

Sob os n.s DTL/87,88,89 e 91/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Leis n.s 169, 250, 187/85 e 46/86, os quais convertidos em lei tomaram os n.s 8.283, 8.284, 8.285 e 8.287, respectivamente. Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 42/86, de sua autoria, que visa conceder o Título de Benemerência do Paraná ao Dr. René Ariel Dotti.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 114/86, que estabelece critérios para escolha de sede de Comarcas criadas.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei n. 50/86, de autoria do Deputado Nelson Bufara, que acrescenta o item VIII ao Título "DOS DISTRIBUIDORES", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do Anexo Lei n. 6.149, de 09.09.70.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 127/85, de sua autoria que visa outorgar o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DANIEL BORGES DOS REIS, com regime de urgência aprovado em 25 de novembro de 1985.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 189/85, de sua autoria, que visa outorgar o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA, com regime de urgência aprovado em 25 de novembro de 1985.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada po 2 (duas) sessões, do Projeto de Lei n. 25/86, constante da Ordem do Dia de hoje, em 2.ª discussão.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Líder do Governo e PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, a retirada por dez (10) sessões Ordem do Dia do Projeto de Resolução n. 22/86.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção

Curitiba, quarta, em 21.05.86.

na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA DE LOURDES HEIMBECKER, ocorrido no dia 15 de maio do corrente, na Cidade de Curitiba.

Outrossim, solicitamos que seja dada ciência à família enlutada, residente à Rua Conrado Buhner, 100 em PORTO AMAZONAS-PR.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador João Alves da Rocha Loures, ocorrido no último dia 11 nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Desembargador João Alves a Rocha Loures, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como da sociedade paranaense, inclusive, difícil de ser preenchida, onde o extinto gozava do mais alto conceito.

Ao longo de sua existência as pessoas ou param e desaparecem sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente sua passagem pelas realizações de grandes feitos ou por características pessoais de bom relacionamento com sua comunidade.

O desaparecimento do Doutor João Alves da Rocha Loures, enlutou toda a família paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Fernando Pívaro.

O extinto era um honrado pioneiro de Londrina, que ajudou, com seu trabalho e produção, no desenvolvimento dessa importante cidade brasileira.

Patriarca de uma numerosa e bem formada família constituída de filhos, noras, genros, netos, bisnetos e tataranetos, sua morte causou muita tristeza e dor aos familiares e vasto número de amigos que tiveram o privilégio da sua convivência e amizade ao longo de sua vida.

Homem bom, de um coração extremamente generoso, foi sempre um conselheiro para muitas pessoas que o procuravam na busca de angustiantes problemas. Dedicou sua vida à família, ao trabalho e a fazer somente o bem aos que dele precisavam.

Foi a perda irreparável de um grande homem, de um grande brasileiro!

Esta Assembléia Legislativa não pode deixar de reverenciar sua memória, para que conste nos anais da história.

Requeiro que a decisão deste Poder seja comunicada à família enlutada, à Avenida Carlos Gomes, 369, (Lago Parque, em Londrina, rogando que Deus Nosso Pai e Criador conforte a todos.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações a Revista "PARANÁ PIONEIRO".

Tal requerimento se justifica pelo excelente trabalho de elaboração, deste novo veículo de comunicação do interior, que neste seu primeiro volume já alcançou grande sucesso e receptividade, por tratar em seu conteúdo matérias de real interesse divulgando os municípios do Paraná, e por possuir uma equipe altamente capacitada na sua elaboração.

Cumprimento a Editora Paraná Pioneiro Ltda, a equipe de trabalho e os colaboradores desta que será, sem dúvida, uma revista de grande circulação em nosso Estado.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento à Editora Paraná Pioneiro, em atenção do Senhor Ederaldo Paes de Proença, à Avenida Paraná, 68- Centro- Telêmaco Borba- Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação livre e soberana dos Senhores Deputados de todos os partidos com assento nesta Casa seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações e aplausos ao Prefeito do Município de Uraí, Doutor Wanderley Dantas.

Realiza-se, naquela cidade do norte do Paraná, uma das mais humanas administrações públicas de toda a sua história.

O Prefeito Wanderley Dantas tem dedicado sua vida no trato dos interesses da

comunidade que comanda, conseguindo, inclusive, agilizar, à custa de muito sacrifício e empenho, recursos para a concretização de importantes obras reclamadas pelos munícipes.

Trata-se de um prefeito jovem, arrojado e honrado, admirado em todos os setores do Paraná, que têm o privilégio de acompanhar os extraordinários efeitos de sua administração.

Por essa razão, o Poder Legislativo não pode deixar de consignar, para os anais da história, o seu reconhecimento, respeito e aplauso a tão dinâmico chefe de Executivo municipal, requerendo que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Doutor Wanderley Dantas, através da Prefeitura de Uraí, com votos de que Deus Nosso Pai e Criador continue a abençoá-lo para que novos e mais frutos sejam colhidos em benefício da população local.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido a anuência de todos os demais Deputados, que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Terra Rica, presidido com muito sucesso pelo Senhor Osvaldo Rodrigues.

Esse sindicato tem tido uma atuação muito vigorosa, com sua diretoria trabalhando com muito amor e dedicação para aperfeiçoar o atendimento médico, hospitalar e odontológico aos trabalhadores do campo de Terra Rica.

Em que pese a falta de maiores recursos, os frutos alcançados têm sido dos maiores, valorizando muito a figura humana do trabalhador rural e do pequeno agricultor.

Esta Assembléia Legislativa tem o dever de render sua homenagem a um sindicato tão operante e que é o orgulho de todos os seus associados.

REQUEIRO que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Rica, na pessoa de seu digno e honrado Presidente Osvaldo Rodrigues, com votos de êxito permanente da brilhante gestão ali desenvolvida.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares,

solicitando providências no sentido do aceleramento das obras da ponte de ILHA GRANDE, bem como pedindo a realização de estudos para que a Ferrovia da Produção venha a ter, em seu traçado final, estações ferroviárias em cidades de real importância agrícola do Estado, tomando como exemplo o Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL

JUSTIFICATIVA:

A ponte de Ilha Grande reveste-se de importância vital ao Municipal de Guaíra, sendo fundamental para a ligação dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Eventualmente, vem sofrendo interrupções, acarretando inclusive, problemas sociais, quando da dispensa de Mão-de-obra.

Só uma ação firme e decisiva do Ministro Transportes, bem como os demais Ministérios, envolvidos na obra é que será garantida a continuidade dos trabalhos, de maneira que no mais curto espaço de tempo, tenhamos pronta e concluída esta antiga reivindicação dos paranaenses.

Quanto à Ferrovia da Produção se importantes cidades do Paraná forem excluídas do trajeto, não apenas este Estado mas a Federação como um todo, perderá, pois, estarão à margem do benefício celeiros agrícolas da maior importância.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação objetivando auxílio para a implantação de uma biblioteca, na Escola Estadual Santo Rei, na Municipalidade de Nova Cantu.

A classe dos professores e o conjunto do estudantado, integrantes daquele conceituado e tradicional educandário, querem a plantação de uma biblioteca. Para tanto, iniciativas para tornar realidade a pretendida proposta vem sendo dadas, com apoio também da comunidade de um modo geral.

Mas, para que realmente seja possível se dizer que haverá uma biblioteca, é imprescindível a colaboração desta pasta, determinando, no que tiver ao alcance, livros tanto para literatura quanto para pesquisa.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quarta, em 21.05.86.

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública encarecendo o aumento do efetivo policial da Municipalidade de Mariluz.

Numa manifestação conjunta do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Joaquim Lopes Gutierrez e do Ilustríssimo Senhor Titular daquele organismo, Raimundo R. do Nascimento, consiste de grande importância, uma vez que, efetivamente, a população não tem poupado queixas ao setor policial, reclamando por mais segurança e tranqüilidade.

Deste modo, que essa Pasta determine, o mais rápido possível, um reforço no efetivo policial naquela delegacia, uma vez que só existe dois soldados, insuficientes até mesmo para atender a sede, quanto mais as localidades pertencentes a Mariluz.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado Dr. João Elísio Ferraz de Campos, e ao Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a inclusão no orçamento de 1987 de recursos para a pavimentação da Estrada Formosa do Oeste-Piquiri.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios de Formosa do Oeste e Alto Piquiri contam, respectivamente, com populações de 20.000 e 22.000 habitantes, o que demonstra a pujança e o crescimento daquelas comunidades que apesar de se situarem a uma distância relativamente curta, não possuem ligação pavimentada, o que obriga os moradores que se deslocam entre os dois municípios a darem a volta por Jesuítas e Assis Chateaubriand, num trecho de aproximadamente 80 quilômetros.

A pavimentação da Estrada Formosa do Oeste-Alto Piquiri irá encurtar esta distância em cerca de 50 quilômetros, além de beneficiar diretamente a diversos distritos e facilitar enormemente o escoamento da produção agropecuária da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências o Senhor Governador do Estado e o Senhor Secretário

de Estado da Saúde, consubstanciado em proposição visando a implantação de Terapia Ocupacional com a colocação de um terapeuta em cada ambulatório ou posto de saúde do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que este trabalho poderia prevenir inúmeras internações, tanto a nível de pacientes no início de uma doença, bem como de internações anteriores.

A Terapia Ocupacional trata das dificuldades a nível ocupacional, podendo auxiliar muito na reinserção social deste tipo paciente através da estimulação de sua produtividade.

Tanto nos ambulatórios como nos postos de saúde de Terapia Ocupacional, poderia abranger as seguintes áreas de disfunção:

Disfunção Psiquiátrica

Disfunção Dermatológica (Hanseníase)

Disfunção Neurológica, (estimulação precoce, hemiplegias e paráliticos cerebrais.)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Nelson Ribeiro, Ministro de Estado da Reforma Agrária; igualmente, ao Sr. Romão Miranda Vidal, Diretor-Regional do INCRA no Paraná, solicitando medidas urgentes para que seja solucionado o aflitivo problema das famílias que ainda não foram assentadas na Gleba do Apucararinha, Município de Londrina.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Londrina, relata em seu documento, a situação dramática em que vivem as famílias acampadas totalmente desassistidas, mal alimentadas e sem terra.

O Sindicato apela às autoridades para a imediata desapropriação da área complementar na mesma região, de acordo com compromisso assumido pelo INCRA na época da divisão dos lotes.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. João Elísio Ferraz de Campos; ao Dr. José Reinaldo Tavares, MD. Ministro dos Transportes e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, no sentido de que se agilize a

construção da Ponte que ligará os dois Estados, no Município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada no final do último mês de março, na CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná, no Município de Guaíra, uma das questões/reivindicações levantadas foi da importância e urgente necessidade da agilização na construção da Ponte que ligará os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Recentemente, tivemos anunciado pelo Dr. Affonso Camargo, ex-Ministro dos Transportes, a assinatura de um convênio com o Ministério das Minas e Energia, alocando recursos para a referida ponte, na ordem de Cz\$ 250.000.000,00, porém, até o presente momento não foi aplicado nenhum recurso, e visto que o anúncio do ex-Ministro deu-se no mês de janeiro do corrente ano, e estamos no mês de maio, e ainda como o tempo passa rapidamente logo estaremos novamente no final do ano sem que esta questão venha a ser elucidada, e sem que seja construída a referida ponte, que ligará os dois Estados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Dr. José Reinaldo Tavares, solicitando agilização no Processo de Estudos de construção do viaduto, bem como obras de melhorias junto ao Trevo da PR-488, na BR-277, conforme já havia sido encaminhado durante o Ministério do Senador Afonso Camargo procurando agilizar a reivindicação extraída da reunião realizada no final do mês de março, no Município de Guaíra, na CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Levando em consideração a imensa demanda do tráfego que existe junto ao Trevo da PR-488, na BR-277, assim como o elevado número de acidentes já ocorridos no trevo, ceifando vidas humanas e com consideráveis perdas materiais; e vista a má disposição técnica daquele trevo, cujo projeto não corresponde à demanda de tráfego e considerando a grande importância econômica e social da obra e sua importância para uma maior segurança no tráfego, são as razões de apresentarmos o presente requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências o Governador do Estado e a Senhora Secretária de Estado da Educação, consubstanciado em proposição vindo a criação de um serviço de Psicologia Escolar, em escolas estaduais colocando um psicólogo por turma em cada escola com mais de trezentos alunos e em escolas menores um Psicólogo em período alternado.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO.

JUSTIFICATIVA:

Temos verificado que no Brasil o índice de crianças que entram em uma escola de 1.º grau e conseguem chegar a um curso de ensino superior é muito pequeno, e analisando mais detalhadamente, notamos que não são todos os casos, mas, a maioria desiste já nas primeiras séries do 1.º grau. Concluímos que isto ocorre porque os alunos não têm uma visão melhor de futuro, e nem um apoio maior lhes pode ser transmitido pelos professores, pois, eles não conseguem acumular os trabalhos de ensinamentos teóricos e o de acompanhar caso a caso, alunos que tenham maior ou menor grau de conhecimento e de dificuldades de aprendizado. Não compete aos professores analisar os casos de alunos que se apresentam com problemas, que muitas vezes são gerados no próprio ambiente familiar dos mesmos.

Propomos a colocação de um psicólogo em cada escola estadual de primeiro e segundo grau, uma vez que estes profissionais são preparados para reconhecer em um aluno o seu grau de dificuldade, problema social e familiar, podendo dar ao menos uma orientação segura, que o conduza a um melhor aproveitamento do aprendizado que lhe é dado pelos professores. Também poderá ajudar o aluno a se definir por um caminho profissional, reconhecendo sua tendência, terá maior possibilidade de melhorar o contexto "pais e escola", trazendo benefícios a ambos.

A regulamentação desta proposição ficará a cargo do Executivo Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Suas Excelências o Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, consubstanciado em proposição visando a colocação de um psicólogo clínico em cada posto de saúde, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO

JUSTIFICATIVA:

A colocação de um psicólogo clínico em posto de saúde, atenderia aos seguintes itens:

- atender pacientes realizando entrevistas psicológicas - anamnese
- realizar avaliações psicológicas ou estudo do caso e determinar diagnóstico.
- acompanhar o caso, promovendo entrevistas com o paciente e ou com familiares.
- realizar psicoterapia individual com os pacientes.
- manter grupo psicoterapêuticos de crianças, adolescentes e adultos.
- realizar sessões de orientação preventiva à grupos de risco: pais, gestantes, adolescentes, geriátricos e a grupos de agentes multiplicadores, professores, agentes de saúde, pessoal que trabalha com grupos, líderes religiosos e pessoas da comunidade, dando informações e orientações coerentes à saúde mental no sentido de prevenção das doenças mentais e promoção da saúde com isto evitando internamentos.
- participar em atividades diversas em prol da promoção da atividade preventiva, enfatizando o homem como um todo.
- assessorar trabalhos correlatos à saúde mental.
- participar da formação dos futuros profissionais e do treinamento dos mesmos em outras áreas, através da supervisão organizada e contínua.
- reintegrar e reabilitar a pessoa que esteve em tratamento psiquiátrico, como o egresso do hospital.

A regulamentação de tal proposição ficará a cargo do Executivo Estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"São vozes autorizadas as que estão protestando, com muita razão, contra o "pacote econômico" que o Conselho Monetário Nacional bem de baixar para a agricultura em geral, e que tão diretamente prejudica o Paraná.

Estado produtor de agricultura de exportação, com a participação de 25% em tudo quanto o Brasil vende para o exterior no setor agrícola, aguardou o Paraná as medidas que o Conselho Monetário Nacional estava prestes a tomar. No entanto, a decepção não se fez esperar quando se verificou que o nosso lavrador terá de pagar 10% de juros, enquanto o Nordeste é beneficiado com taxas que variam de 3% a 8%,

numa discriminação atentatória de disposições constitucionais. O financiamento não será de 100%, o que trará a descapitalização na zona rural.

Por outro lado, os financiamentos agrícolas contraídos serão pagos parceladamente pelos bancos, sem dar-se conta de que o custeio é volumoso, desde a aração do solo, a aquisição de sementes selecionadas e adubos, a semeadura, a mão-de-obra, e muita despesa dessa natureza já se efetuou.

Lembremo-nos de que, este ano, prolongada e dizimadora estiagem acabou com muitas lavouras, e colocou grande parte dos agricultores em situação de crise. A esperança de recuperação econômico-financeira residia no cultivo da terra para o período 1986/1987. E o Conselho Monetário Nacional, formado por homens de gabinete, e não feitos às lides agro-pecuárias, se mostrou insensível ao angustiante problema da descapitalização e do endividamento.

A evasiva do Conselho Monetário Nacional é a da urgência no corte de despesas, para evitar o reflorestamento do surto inflacionário. Mas, não corta onde é preciso, isto é, não corta os gastos excessivos da máquina burocrática cara e obsoleta, que está pouco se importando com o Plano de Estabilização Econômica do Presidente José Sarney.

O Senhor Guntolf Van Kraick, Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, OCEPAR, analisou, sucintamente, para a Gazeta do Povo, (no sábado último, 17.05.86), os reflexos perniciosos do "pacote econômico", e o Secretário da Agricultura, Senhor Brasília Araújo Neto, considerou impraticáveis as medidas fixadas, e deu apoio ao movimento de protesto das entidades associativas da agricultura. A Gazeta do Povo, teceu, por sua vez, judiciosos comentários sobre a resolução do Conselho Monetário Nacional, mostrando que o lavrador paranaense está sendo irrazoavelmente penalizado por um órgão público incapaz de entender a realidade agrícola do País.

Como as enérgicas declarações do Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná e do Secretário Brasília de Araújo Neto expressam, com finalidade, o pensamento da classe produtora, e a "Gazeta do Povo" soube apreender, em seu oportuno comentário, o alcance da clamorosa injustiça perpetrada contra o nosso Estado, requeremos que, depois de ouvido o Plenário, sejam inseridos, na ata da sessão de hoje, aquelas declarações e aquele comentário, a fim de que fique registrado o veemente protesto dos que são golpeados pelo Conselho Monetário Nacional enquanto voltados para o trabalho honrado e fonte de vultuosas somas em moedas fortes com que o Bra-

sil está pagando os juros e serviços da sua exorbitante dívida externa".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O "pacote econômico" que visa estabilizar custos e produção na Nação evidentemente necessita de ajustes.

Na consciência de cada um de nós, fica claro que uma medida tão ampla e tão geral não pode numa penada acertar toda a situação nacional. Mas, se não pode fazer isso, também não pode, Senhor Presidente, Senhores Deputados, penalizar a produção nacional.

Acredito, com a maior certeza, de que a situação de estabilização do Plano Econômico do Governo só será possível, no instante em que o ajuste da economia estiver voltado para o setor da produção, se não, será uma mera expectativa, uma experiência frustrada como tantas e tantas outras experiências foram feitas, no campo econômico.

Digo isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na sequência, inclusive, do pronunciamento do Deputado Edilson Alencar, que fala sobre a dificuldade do setor da agricultura na fixação de preços, das AGF's, do preço mínimo e do parcelamento para aquisição no plano federal. Mas, um outro setor da produção nacional está fortemente ameaçado - é o setor da suinocultura. E no dia de hoje, os suinocultores das mais variadas regiões do Paraná estão em Curitiba, no Ministério da Agricultura, para tentar montar o quadro insofismável de que a suinocultura paranaense e nacional está perdendo dinheiro todos os dias, para poder se manter de pé!

Não é possível que um movimento organizado, um movimento pacífico, um movimento embasado em dados concretos, reais e verdadeiros, não venha encontrar, por parte das autoridades econômicas do Governo Federal, condições para adequar o preço do produto da carne de porco, com o preço que o produtor está recebendo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quem de nós seria capaz de manter um negócio que estivesse nos dando prejuízo? Quem de nós Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao avaliar o custo de produção e chegar à conclusão de que está custando, para o produtor, Cz\$ 11,00 e pouco o quilo de porco, e ele está vendendo a Cz\$ 9,60, quem de nós irá admitir que o suinocultor brasileiro não vá vender as suas matrizes, exterminar com a produção e possibilitar o rompimento do "pacote econômi-

co", porque o Governo Nacional, não tendo mais o elemento da produção para sustentar a estabilidade econômica, evidentemente terá que partir para a importação, e, diminuindo a oferta no mercado, estará impulsionando o preço para cima gerando a inflação que o Brasil tanto quer que seja reduzida em índices inferiores?

Por isto, aqui nesta Casa, manifesto total solidariedade ao movimento da suinocultura paranaense, que está tentando mostrar ao Governo Federal que ele necessita pelo menos o justo, o mínimo, para poder continuar criando, que ele quer ser um soldado dessa medida econômica que visa a estabilização da economia nacional, mas, não quer ser a vítima desse processo, quer participar como agente, e não como vítima. Precisamos, portanto, todos endossando o movimento da suinocultura que é sério, que não quer pura e simplesmente que se repasse para o consumidor no preço final o aumento do preço da carne de porco, mas quer que, se redistribua o lucro, entre o produtor, entre o frigorífico, entre o comerciante da carne, entre o açougue e que, desta forma se possa sustentar a pequena atividade agrícola, que é a suinocultura, mas que é a base de sustentação da família do pequeno agricultor, em todos os instantes!

Nós voltaremos ao assunto, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, participamos, na tarde de ontem, na OCEPAR, de uma reunião, onde a grande maioria dos líderes políticos, os agricultores participaram sobre a gravidade do momento que vivemos neste País. Sem dúvida nenhuma o "pacote econômico" foi ótimo para algumas áreas, mas péssimo para a agricultura e nós falamos isso porque na realidade, o Governo Federal baixou as medidas, a agricultura já vinha passando por uma fase muito difícil e muito mais agora. Muitos daqueles homens que aplicavam em papéis hoje retiraram o dinheiro, já que papel não rende mais, compraram tratores, implementos e dá a impressão, para o Governo Federal, que o agricultor estava com dinheiro sobrando, quando não é verdade. O nosso produtor rural está descapitalizado, está falido e nós assistimos, ontem, uma coisa muito grave que atingiu toda a classe política.

Foi dito, nesta reunião de ontem à tarde, que a classe política era omissa, a classe política não estava ajudando o agricultor e nós rechaçamos essa atitude

Curitiba, quarta, em 21.05.86.

dizendo que acima dos partidos políticos, os Deputados estão do lado dos agricultores e, hoje de manhã, nós assistimos mais um episódio quando na Secretaria da Agricultura os produtores de suínos, que estão lá esperando até as quatro horas para, em frente do Palácio, mostrar para o Brasil inteiro, da insatisfação que também os produtores de suínos estão vivendo e nós recebemos dados aqui que nos assustam.

O produtor de suíno hoje paga para produzir o seu suíno, mas em compensação, o intermediário é que ganha tudo e nós vamos mostrar um exemplo só: no tabelamento que o Governo fixou pela Tabela da SUNAB, só para os Deputados verem a disparidade que existe, o frigorífico vende a Cz\$ 23,14 para o Supermercado, a linguiça Calabreza e ele vende a Cz\$ 57,70. Dá 149,35% de lucro para o Supermercado. O pernil dá lucro de 60%; o lombinho, 44%. Tudo nesta média, quer dizer, o supermercado ganha uma fortuna e o agricultor paga para produzir o suíno.

Essa injustiça temos que corrigir e é por isso mesmo e hoje pela manhã o Deputado Sabino Campos e tantos outros Deputados que participaram dessa reunião e vamos participar, hoje à tarde, em frente ao Palácio, para fazer um movimento e ajudar a esses agricultores, porque o Governo, qualquer movimento que se faça, ameaça importar o produto como ameaçou importar e está importando leite em pó, quando os produtores fizeram o movimento lá no Rio Grande do Sul.

Agora está ameaçando: se nós fizermos o movimento, ele vai importar carne suína. Ora, isto não é correto. Temos que estar do lado daqueles homens que realmente produzem e ajudam esse País.

Vou dizer aos Senhores Deputados: nós que representamos uma região essencialmente agrícola, não é só o produtor de leite que está falido, não é o produtor de suíno que está falido. É a agricultura brasileira que está falida e eu que fazia parte do antigo governo até estava entusiasmado com os homens que assumiram o Governo, principalmente o Ministro da Agricultura e os Ministros da área econômica que, iam mudar. Não mudaram nada, bem ao contrário, mudaram a regra do jogo no meio do caminho, porque nós somos produtores de soja e agora para vender soja tem que ser em cinco pagamentos, porque não pagam à vista.

Então, a Nova República está falhando demais também nesta fase e eu espero que isto seja mudado e espero também o nosso apoio total do lado dos agricultores.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério)- Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, inscrito, no Grande Expediente.

O SR.SABINO CAMPOS - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Voltamos, hoje, à tribuna, para falarmos sobre o problema dos produtores rurais, mais especificamente, hoje, sobre o problema dos suinocultores, que estão em mais de duzentos divididos em duas equipes; cem dos quais no Munistério da Agricultura e cem na Secretaria da Agricultura, que vieram a Curitiba num movimento pacífico para tentar mostrar ao Paraná e ao Brasil as agruras que passa a classe dos suinocultores no Paraná e no Brasil. E isto, recorda-me os idos de 1970 quando iniciávamos a vida profissional como engenheiro agrônomo na região oeste do Paraná e que para lá fomos trabalhando na ACARPA e, trabalhamos, na época, juntamente com os suinocultores os problemas que estes já enfrentavam na época e enfrentam hoje em que no momento que têm a sua produção e ao entregá-la têm que fazê-lo aos grandes grupos nacionais e internacionais e, também aos grandes grupos revendedores deste País, deixando a margem de lucros para eles que nada produziram enquanto o produtor não consegue receber bem para alimentar a sua família.

Em 1971, também acompanhamos os suinocultores do Paraná na Fundação da Associação Paranaense de Suinocultores, realizada no mês de julho, no Município de Guarapua-va.

Desde aquela época, portanto, estamos engajados na luta com os produtores de suínos deste Estado e que, também posteriormente, passamos a ser produtores de suínos. E no momento em que mudamos para Curitiba para desempenharmos nosso mandato de Deputado tivemos que deixar esta função nossa para podermos nos ligar mais à função política e com isto defendermos os interesses dos produtores do Paraná. É que nós achamos que, somente através da produção é que nós conseguiremos tirar este País do subdesenvolvimento que vive através da produção se conseguirmos os recursos necessários para que possamos realmente desenvolver, para que possamos investir no setor secundário para, posteriormente, podermos investir no setor terciário e com isto termos aquilo que sonhamos, aquilo que queremos para os paranaenses e para os brasileiros.

E neste acompanhamento que viemos, tendo na classe dos suinocultores e demais produtores rurais deste Estado, temos em vista que a política desenvolvida neste País tem nada a ver com a classe produtora e sim, simplesmente voltada para os interesses multinacionais e para os grandes

grupos, porque toda a política agrícola desenvolvida até o momento neste País foi somente para beneficiar os produtores de máquinas de grupos internacionais. As grandes empresas internacionais que com a sobra da agricultura levaram seus lucros para o exterior.

Nós temos, neste País, que fazemos uma política agrícola voltada para os agricultores e para os brasileiros para que nós, realmente venhamos a ter o que queremos.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, se fala muito neste País, em cortar o subsídio da agricultura. E se corta, mas os grandes subsidiados são os industriais, os comerciantes e as grandes multinacionais, que na realidade, não tinha nem 30% do subsídio pago neste País.

Portanto, é a hora de a Nova República, através de coisas sérias, vir implementar uma política agrícola que nós queremos, que nós sonhamos para a produção interna de alimentos para, primeiro alimentarmos os brasileiros e posteriormente, exportarmos as sobras para que possamos realmente iniciar o pagamento desta grande dívida externa que nós temos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queria encaminhar à Mesa, um requerimento. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado o MANIFESTO DOS SUINOCULTORES PARANAENSES, através de telex, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney, aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Agricultura e da Fazenda, Iris Rezende e Dilson Funaro, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado João Elísio Ferraz de Campos, e aos Excelentíssimos Senhores Secretários das Finanças e da Agricultura, Geroldo Hauer e Brasília de Araújo.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1986.

(a) SABINO CAMPOS
Deputado Estadual".

JUSTIFICATIVA:

A justificativa é o próprio manifesto dos suinocultores paranaenses, que passamos a ler:

"MANIFESTO DOS SUINOCULTORES PARANAENSES"

A Nova República- como síntese das aspirações nacionais - assumiu compromissos de mudanças com a sociedade brasileira, no sentido de estabelecer um desenvolvimento econômico voltado para a questão social, fortalecer e prestigiar o setor produtivo da economia e defender o consumidor, representado por esmagadora maioria de assa-

lariados.

Tivemos, sim, alguns avanços nas conquistas das liberdades democráticas. Mudanças estão acontecendo no plano sócio-econômico, traduzidas em melhoria de condições de vida para o cidadão brasileiro.

Persistem, no entanto, algumas discriminações que estão sendo praticadas contra setores de produção nacional. Sobressaem, entre elas, as que têm sido sistematicamente impostas aos suinocultores e aos agricultores. Enquanto os demais segmentos trabalham com lucro, a suinocultura não suporta mais os prejuízos que lhe são impostos pelo Governo Federal.

É preciso que indústria e comércio ligados à atividade suinícola cedam parte de seus lucros para repassá-la aos produtores, num processo de incentivo à suinocultura. Não queremos, todavia, que medidas governamentais que venham a ser adotadas no sentido de garantir ao suinocultor, preços mais condizentes com o seu trabalho, representem maiores sacrifícios ao consumidor. Nossa luta é no sentido de diminuir lucros excessivos para alguns setores, fortalecer a suinocultura e defender o tão espoliado consumidor.

O Governo da Nova República tem compromissos com os setores produtivos e os suinocultores paranaenses proclamam a necessidade de, com urgência, determinar as seguintes providências para a suinocultura nacional ser salva do caos:

1. Política de insumos: determinação de preços máximos, com a fixação de tabelamento rígido e congelado, como vem acontecendo com todos os demais ramos.

2. Margem de lucro para o produtor: os frigoríficos e supermercados devem ter uma margem de lucro tal que propicie aos suinocultores usufruírem, também, um mínimo de recompensa financeira pelo seu trabalho, porquanto, atualmente, estamos pagando para produzir.

3. Participação da COBAL: O Governo prometera comprar o excesso da produção agrícola, nos Estados do Sul. Essa promessa não está, ainda, sendo cumprida e tal demora vem prejudicando o suinocultor. É necessário que o governo estoque carne suína, em vez de importar carne bovina, incentivando, assim, o consumo da carne de porco.

4. Programa de Melhoramento Genético do Estado do Paraná - O Governo Federal deverá repassar recursos e estrutura à Associação Paranaense dos Suinocultores para desenvolver o referido Programa. Para tal, há necessidade de liberação urgente à APS da respectiva verba por parte da União.

Do Governo do Estado do Paraná, os suinocultores paranaenses reivindicam:

1. Diferimento imediato do ICM sobre o farelo de soja, trigo e demais ingredien-

Curitiba, quarta, em 21.05.86.

tes e componentes que participam na formulação dos concentrados para o fabrico de ração destinada à suinocultura.

2. Eliminação imediata da pauta cobrada por estimativa- ICM - sobre suínos vivos, taxando-se tributo pelos preços reais do mercado.

Estas são as reivindicações dos suinocultores paranaenses aos Governos Federal e Estadual. Não podemos esperar mais! O que estamos pleiteando não são favores e, sim, o reconhecimento aos suinocultores brasileiro pelo trabalho que desenvolvem na produção de importante alimento à população. Queremos que se faça justiça aos responsáveis pela produção suinícola, sem, no entanto, sobrecarregar ainda mais o consumidor. Queremos que a riqueza seja equitativamente distribuída. Não é possível que muitos continuem trabalhando para o favorecimento de poucos. A suinocultura nacional tem que ser salva, com urgência, para que os suinocultores continuem sendo geradores de divisas e produtores de alimentos para o Brasil!

Curitiba, 21 de maio de 1986.

Pedimos aos Senhores Deputados a aprovação desse requerimento, e também queremos dizer que hoje à tarde, estaremos acompanhando os suinocultores e sua manifestação perante o Palácio, e também na sua passeata pacífica que farão pela Rua das Flores. E na próxima sexta-feira, já em contatos mantidos com o Governador João Elísio Ferraz de Campos, que se dará em audiência com uma comissão dos suinocultores, para que juntos possamos encontrar uma saída dentro daquilo que compete ao Estado. E também, dar o seu apoio para que possamos, em Brasília, conseguir aquilo que compete ao Governo Federal.

Era o que tínhamos a dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.03/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Antônio Esmeraldo Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.07/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reserva o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo lote de

terreno do Quadro Urbano da Cidade de Reserva, com área total de 1.475,00 m² (Um mil, quatrocentos e setenta e cinco metros quadrados), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.09/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de Utilidade Pública a "Câmara Júnior de Pato Branco - CAJUBRAN", com sede e foro no município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.17/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.24/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar o lote de terras n.3, com área de 22.872,00m² de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição do Cartório do 2.^o Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas pelo lote de terras n.186-ABCD/187-A-2, com áreas de 30.067,00m², de propriedade da MOVAL, conforme registro do mesmo Ofício de Registro de Imóveis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.08/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE IDOSOS", com sede e foro no município de Curitiba. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.10/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de Utilidade Pública a "Loja Maçônica Cavaleiros da Arte Real", com sede e foro nesta Capital. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo..

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.25/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe que o servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha exercer, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de 03 (três) anos consecutivos ou 05 (cinco) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando a retirada por 2 (duas) sessões, do Projeto de Lei n.25/86, constante da Ordem do Dia de hoje, em 2.^a discussão. Aprovado. Fica portanto, retirado por 2 (duas) sessões, o Projeto de Lei n.25/86.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.19/86, (Mensagem n.29/86 Ex-Proposição

n.46/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com os Municípios que especifica, objetivando fomentar a cafeicultura das municipalidades através da produção, embalagem e distribuição de mudas de variedades de café selecionadas genética e sanitariamente. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.20/86, (Mensagem n.34/86 Ex-Proposição n.50/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado em 18/10/85 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, visando a operacionalização do Programa de Incentivo à Produção, Comércio e Distribuição de Sementes Selecionadas para o Pequeno Agricultor, a nível estadual. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.21/86, (Mensagem n.37/86 Ex-Proposição n.53/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o segundo termo aditivo, firmado em 12/12/85, ao Convênio celebrado em 28/11/84 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, objetivando a continuidade de combate, prevenção e erradicação do bico do algodoeiro no Paraná. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.22/86, (Ofício n.534/85 T.C. - Ex-Proposição n.150/85), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova as contas do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 1984.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Com a palavra o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia deveria, se a regulamentação do processo legislativo fosse cumprida exatamente, apreciar hoje em segunda votação, a aprovação ou a negação das contas governamentais do exercício de 1984. Cumprindo dispositivo constitucional, o Tribunal de Contas do Paraná encaminhou parecer prévio da lavra do ex-Presidente do PMDB do Estado do Paraná, ex-Deputado

Federal Olivir Gabardo, dando o seu parecer prévio favorável à aprovação das contas do Governador José Calil Richa.

Entretanto, no Processo legislativo que tenho em mãos, sonega-se a esta Assembléia Legislativa e aos parlamentares que têm o dever da fiscalização das contas governamentais, a conclusão integral que aquela egrégia corte de eleitos chegou, ao determinar que as contas de 1984, de José Calil Richa não poderiam ser aprovadas antes da decisão da ação popular, que fez com que povo do Paraná fosse roubado em mais de 18 bilhões de cruzeiros.

Por estas razões Senhor Presidente, o processo legislativo em votação, se encontra irregular; mais ainda, Senhores parlamentares, Senhor Presidente, em exercício da Casa, e imprensa do Paraná, até a Ordem do Dia, da Assembléia Legislativa está falsificada. Falsificada porque, se diz, que existe um parecer por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça que aprovam as contas, e está aqui o processo Senhor Presidente, que retirei da Mesa agora há poucos instantes, no qual existe apenas um parecer da Comissão de Tomadas de Contas, e não existe parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Por que esse interesse Senhor Presidente, Senhores Parlamentares e imprensa do Paraná, de fazer aprovar irregularmente as contas do Governador do Estado, cujo Governo encontra-se "sub-judice", e que o Tribunal de Justiça determinou que fossem produzidas as provas para que o Estado pudesse ter ressarcido o dinheiro que foi engordar as contas dos picaretas que ajudaram a eleição de José Richa em 1982.

Por que não se juntar Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, a este processo de extrema fiscalização do Governo do Estado, que é obrigação dos parlamentares, todos os volumes do Tribunal de Contas que acompanham a prestação de contas de José Richa? Por que não mostrar ao Paraná os votos contrários de eminentes Conselheiros que afirmaram categoricamente, que os atos praticados do exercício de 1984, pelo Governador José Richa, e pelo Secretário Erasmo Garanhão eram todos contra a Lei, e atos lesivos ao patrimônio público estadual?

Por isto, Senhor Presidente, Senhores parlamentares, é que ocupo a tribuna para requerer Senhor Presidente, verbalmente, e farei por escrito, logo em seguida, que se retire a Ordem do Dia o processo de prestação de contas do Governo José Richa, e que esta Assembléia aguarde a decisão do Poder Judiciário do nosso Estado, para verificar realmente se houve dano, dolo e crime, contra o patrimônio popular estadual.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Esta

Presidência quer esclarecer ao nobre Deputado que, as duas questões de ordem levantadas por Vossa Excelência, a Mesa responde da seguinte forma: houve efetivamente, não falsificação da Ordem do Dia, mas engano do funcionário encarregado de datilografá-la, quando o parecer seria da Comissão de Tomada de Contas, consta nas folhas três da Ordem do Dia como se fora da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - É um erro capital.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Vossa Excelência, Parlamentar experimentado como é, sabe que a Comissão específica e competente é a Comissão de Tomada de Contas. Amanhã será devidamente corrigido.

Quanto ao item B, a segunda questão de ordem que Vossa Excelência levantou, é que os volumes da fiscalização e exame do Tribunal de Contas encontram-se à disposição de Vossa Excelência na Comissão de Tomada de Contas, não só de Vossa Excelência mas de qualquer Parlamentar.

Concedo a palavra a Vossa Excelência. Antes, quero esclarecer que não entro no mérito da questão, mas apenas cumprio com o meu dever de Presidente em esclarecer.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço a Vossa Excelência e sei que Vossa Excelência, como um Parlamentar dos mais respeitados nesta Casa, não pode compreender que haja um erro de datilografia num processo onde se presta contas de bilhões de cruzeiros. Não se pode admitir que a Ordem do Dia venha para esta Casa, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, em hipótese nenhuma, dizendo que é um parecer da Comissão de Constituição e Justiça e não existe no processo; existe apenas processo da Comissão de Tomada de Contas. E mais ainda, Senhor Presidente: Vossa Excelência evidentemente, e eu respeito Vossa Excelência, Vossa Excelência ocupa eventualmente a Presidência desta Casa e gostaria que Vossa Excelência ocupasse de maneira definitivamente porque certamente não permitiria a prática de erros deste tipo, e Vossa Excelência foi Presidente desta Casa e nunca, ao longo do seu mandato, aconteceu um erro de tamanha gravidade.

E mais ainda, Senhor Presidente, faz-se referência neste processo ao voto do ex-Presidente do PMDB, Olivir Gabardo, entretanto, Senhor Presidente, não se encontra anexo a este processo o voto. Se Vossa Excelência entender que os anexos subsequentes deste processo de prestação de contas encontram na Comissão de Tomada de Contas, Vossa Excelência vai verificar que

a decisão do Tribunal de Contas foi no sentido da não aprovação das contas. O Tribunal não negou a aprovação das contas, mas o Tribunal aguardou e não tomou decisão aguardando a solução do Tribunal de Justiça na Ação Popular que este Deputado e o Deputado Aírton Cordeiro ingressaram.

Conseqüentemente, este processo não está devidamente esclarecido, e eu desejo, Senhor Presidente, desta forma, cumprir com o meu dever de fiscalização, e faço um apelo inclusive aos eminentes Parlamentares do Governo para que se debruçam sobre o assunto para que amanhã ou depois, a Bancada Governista não seja criminososa por omissão num processo de tamanha gravidade.

O que se quer é saber exatamente quantos bilhões foram gastos no exercício de 1984, e não se pode aceitar, sob hipótese nenhuma, Senhor Presidente, que erros desta natureza maculem de forma definitiva uma matéria de tamanha importância nesta Casa.

Por isto, requeiro a Vossa Excelência para que seja retirado da Ordem do Dia o processo de prestação de contas do Governo de Estado em 1984. E eu faço pelos erros formais e pelos erros legais existentes no processo.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) A Mesa submeterá o requerimento de Vossa Excelência à consideração do plenário, os documentos reclamados por Vossa Excelência estão aqui sobre a Mesa. E a Mesa volta a repetir a Vossa Excelência que, um simples erro datilográfico não invalida a matéria, porque Vossa Excelência sabe, Parlamentar experimentado que é, que a Comissão de Justiça não é ouvida, em casos semelhantes, e sim, a Comissão de Tomada de Contas. Estão aqui os volumes de Prestação de Contas.

Em votação o requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, que encaminhará já por escrito, à Mesa, mas a Mesa antecipar-se-á e colocará em votação, e solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 sessões. Em votação o requerimento.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Para encaminhar a votação).

Senhor Presidente, eu acompanhei atentamente as ponderações do Senhor Líder do PDS, nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira. Acredito que está coberto de razão Sua Excelência, quando aponta o erro de datilografia, talvez até, imperdoável, na discussão do presente projeto de resolução.

Mas, ao mesmo tempo, entende a Liderança do PMDB que não há impedimento legal algum, que impeça a discussão e votação do presente projeto, haja vista que, também, não já nenhum efeito suspensivo, quando se

trata de uma Ação Popular como a que hoje corre no Judiciário; e não teria o Judiciário também, meios portanto, para evitar que esta Assembléia estivesse hoje reunida, para discutir o presente projeto. Por isso nós vamos apreciar o requerimento do Deputado Luiz Alberto Oliveira, já requerendo a Vossa Excelência, chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1. Secretário, que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1. SECRETÁRIO - (Inicia a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, retiro a solicitação de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Em votação o requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, solicitando a retirada, por 10 sessões, do Projeto de Resolução n.22/86. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério) A Mesa defere.

Em votação o requerimento; 07 Senhores Deputados aprovam; 07 Senhores Deputados rejeitam.

Não há quorum para votação, nem para prosseguimento da sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, apenas um apelo a Vossa Excelência no sentido de que os Anexos da Prestação de Contas do Tribunal de Contas, pelo menos às Lideranças Partidárias, sejam encaminhados.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) A Mesa atenderá Vossa Excelência.

O requerimento de Vossa Excelência está prejudicado porque os requerimentos de adiamento que não forem votados imediatamente, por falta de número ficam prejudicados.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não já quorum para continuidade!

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) Exatamente! Artigo 110, Parágrafo Único do Regimento Interno.

Não há quorum para o prosseguimento da

sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA;

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 22/86

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.

Curitiba, quarta, em 21.05.86.

08/86, 10/86

e dos Projetos de Resolução n. 19/86, 20/86 e 21/86.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM O DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 206/85, 12/86, 06/86, 07/86 e 08/86.

Levanta-se a sessão.